



**CHAPECOENSE GERAÇÃO S.A E CONTROLADA**  
CNPJ: 07.829.836/0001-42

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2017**

**Mensagem da Administração**

Senhores Acionistas,  
A Administração da Chapecoense Geração S.A. e sua controlada Foz do Chapecó Energia S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, juntamente com o Parecer dos Auditores Independentes.

**Estrutura Acionária**

O Capital Social da Chapecoense Geração S.A., no valor de R\$ 714.509.342,00 (setecentos e quatorze milhões, quinhentos e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais), representado por 714.509.342 (setecentas e quatorze milhões, quinhentas e nove mil, trezentas e quarenta e duas) ações ordinárias nominativas, é totalmente subscrito e integralizado da seguinte forma:

Acionistas	Participação
CPFL Geração de Energia S.A. – CPFL-G	51%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	40%
Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	9%

**Desempenho Operacional**

A disponibilidade em 2017 foi de 96,57 % superior ao definido no contrato de concessão que é de 85,315 %.  
A Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó possui 855 MW de potência instalada e 432 MW médios de energia assegurada, correspondentes a 3.784.320.000 MWh/ano. A geração líquida acumulada em 2017 foi de 3.511.982,576 MWh, 7,2% abaixo da energia assegurada, em função das condições hidrológicas.

**Desempenho Econômico e Financeiro**

A Foz do Chapecó Energia obteve em 2017 receita operacional líquida de R\$ 839,8 milhões, atingindo um EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 645,1 milhões e lucro líquido de R\$ 270,3 milhões.  
O saldo de financiamento em dezembro de 2017 é de R\$ 1,3 bilhão e vem sendo amortizado mensalmente. A última parcela de amortização está prevista para 15 de setembro de 2027.

**Sistema de Gestão Integrado**

A Foz do Chapecó Energia obteve em novembro de 2017, da certificadora BSI (*British Standards Institution*), recomendação para

upgrade da certificação da empresa nas ISOs 9001 e 14001. A recomendação se deu após um processo de auditoria realizado entre os dias 06 e 16 de novembro. Na mesma auditoria, foi recomendada a manutenção do certificado da empresa na OHSAS 18001.

**Gestão Socioambiental**

A Foz do Chapecó Energia mantém o compromisso de cumprir à risca as obrigações estabelecidas no licenciamento ambiental da Usina e ir além, promovendo ações que se refletem diretamente na qualidade de vida da população, na preservação da cultura local e no fortalecimento das atividades produtivas tradicionais. Algumas ações se destacaram em 2017, no contexto socioambiental: (i) soltura de mais de 270 mil alevinos no reservatório da Usina, como parte das ações visando ao repovoamento do lago. O licenciamento ambiental estabelece como compromisso a soltura de 200 mil alevinos/ano durante a vigência da Licença de Operação; (ii) assinatura de termos de convênio com associações de pescadores para repasse de recursos que estão sendo aplicados na construção de três Pontos de Apoio à Pesca a montante da Usina, no Estado de Santa Catarina; (iii) repasse de R\$ 4,5 milhões, por intermédio de Leis de Incentivo Fiscal, para patrocínio de projetos que atendem diretamente os municípios afetados pelo empreendimento. Destacam-se, entre os projetos contemplados, a construção do Museu dos Balseiros em Chapecó/SC; a manutenção de núcleos de inclusão social para crianças e adolescentes de Alpestre/RS, com oficinas gratuitas de futebol e artes marciais; o patrocínio para turnês de teatro e apresentações circenses a serem realizadas em 2018 em unidades da rede pública de ensino; o projeto para construção de uma pista de atletismo na Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó; o apoio à Associação Brasileira de Portadores de Câncer, para a compra de laringes eletrônicas destinadas a pacientes que ficaram incomunicáveis após este tipo de neoplasia; além de projetos que valorizam grupos de dança e de música típica da região, e da realização de ópera e outros espetáculos culturais, todos com entrada franca, promovendo a universalização da cultura na região da Usina.

**Pesquisa & Desenvolvimento**

Em 2017, a Foz do Chapecó Energia investiu R\$ 8,0 milhões em seu Programa de Pesquisa & Desenvolvimento, dos quais R\$ 3,2 milhões foram destinados ao FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e R\$ 1,6 milhão alocado no Ministério de Minas e Energia. Outros R\$ 3,2 milhões foram investidos diretamente em projetos junto a Universidades, Centros de Pesquisa e empresas de tecnologia.

**Agradecimentos**

A Administração da Foz do Chapecó Energia agradece aos seus acionistas, autoridades e órgãos da administração pública, fornecedores, colaboradores e a comunidade residente na região da Usina pela confiança depositada na companhia no ano de 2017. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus empregados pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016**  
(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	31	34	116.427	280.082	Fornecedores	14	-	5	18.787	9.057
Aplicações financeiras	5	-	-	33.068	-	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	138.788	137.753
Contas a receber de clientes	7	-	-	110.089	115.162	Salários e obrigações sociais	-	-	-	1.335	1.591
Impostos a recuperar	9	-	14	39.688	156.824	Impostos a recolher	16	-	-	111.294	106.414
Dividendos a receber	11	64.189	61.562	-	-	Taxas regulamentares	17	-	-	27.987	25.835
Despesas antecipadas	10	-	-	27.715	27.709	Uso do bem público	18	-	-	64.314	63.695
Contas a receber ressarcimento ANEEL	8	-	-	2.069	2.400	Dividendos declarados	20.c	64.185	61.562	64.185	61.562
Outros créditos	-	-	4	663	1.813			64.185	61.562	426.690	405.907
		64.220	61.614	329.719	583.990	<b>Não circulante</b>					
<b>Não circulante</b>						Uso do bem público	18	-	-	716.986	730.494
Contas a receber de clientes	7	-	-	-	12	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	19	-	-	3.240	2.256
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	-	72.084	80.244	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	1.172.181	1.292.239
Impostos a recuperar	9	-	-	16.319	16.265			-	-	1.892.407	2.024.989
Imposto diferido	26.a	-	-	9.637	7.881	<b>Patrimônio líquido</b>	20				
Contas a receber ressarcimento ANEEL	8	-	-	-	1.771	Capital social		714.509	714.509	714.509	714.509
Despesas antecipadas	10	-	-	41.071	68.452	Reservas de lucros		260.444	519.378	260.444	519.378
Outros créditos	-	-	-	14.584	10.842	Total do patrimônio líquido		974.953	1.233.887	974.953	1.233.887
Investimento	11	974.918	1.233.840	-	-						
Imobilizado	12	-	-	2.368.330	2.429.765	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		1.039.138	1.295.454	3.294.050	3.664.783
Intangível	13	-	-	442.306	465.561						
		974.918	1.233.840	2.964.331	3.080.793						
<b>Total do ativo</b>		1.039.138	1.295.454	3.294.050	3.664.783						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações de resultados**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receita operacional líquida</b>	21	-	-	839.787	799.516
<b>Custo de geração de energia elétrica</b>					
Energia elétrica comprada para revenda	22	-	-	(36.378)	18.856
Custos da produção de energia	23	-	-	(164.446)	(176.543)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	(68.118)	(63.637)
		-	-	(268.942)	(221.324)
		-	-	570.845	578.192
<b>Resultado bruto</b>					
<b>Despesas operacionais</b>					
Gerais e administrativas	24	(15)	-	(8.287)	(8.744)
Honorários da administração	27	-	-	(1.175)	(1.469)
Resultado de equivalência patrimonial	11	270.267	259.206	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-
		270.252	259.206	(9.462)	(10.213)
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	25	-	-	27.510	68.965
Despesas financeiras	25	(1)	(1)	(183.248)	(246.887)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>					
Contribuição social corrente	26	-	-	(37.502)	(35.819)
Imposto de renda corrente	26	-	-	(99.647)	(97.044)
Contribuição social diferida	26	-	-	465	533
Imposto de renda diferido	26	-	-	1.291	1.478
<b>Resultado do exercício</b>					
		270.251	259.205	270.251	259.205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos resultados abrangentes**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Resultado do exercício		270.251	259.205	270.251	259.205
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>					
		270.251	259.205	270.251	259.205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção	A destinar		
<b>Saldos representados em 31 de dezembro de 2015</b>	714.509	36.267	285.468	-	-	1.036.244
Resultado do exercício	-	-	-	-	259.205	259.205
<b>Destinações:</b>						
Constituição reserva legal	-	12.960	-	-	(12.960)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(61.562)	(61.562)
Retenção de Lucros	-	-	184.683	-	(184.683)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	714.509	49.227	470.151	-	-	1.233.887
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	-	-	(465.000)	-	-	(465.000)
Resultado do exercício	-	-	-	-	270.251	270.251
<b>Destinações:</b>						
Constituição reserva legal	-	13.513	-	-	(13.513)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(64.185)	(64.185)
Lucros à disposição da assembleia	-	-	-	192.553	(192.553)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	714.509	62.740	5.151	192.553	-	974.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		270.251	259.205	405.644	390.057
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	12 e 13	-	-	86.112	86.449
Equivalência patrimonial	11	(270.267)	(259.205)	-	-
Encargos financeiros, líquidos	15	-	-	130.146	146.313
Reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	-	-	-	(54)	(420)
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	19	-	-	939	1.910
Resultado baixa de imobilizado	-	-	-	-	78
Atualização monetária da provisão para riscos cíveis e trabalhistas	19	-	-	99	54
Variação monetária e AVP do uso do bem público	18	-	-	50.909	91.539
Rendimento das aplicações financeiras	-	-	-	(24.639)	-
Atualização monetária do IRPJ e CSLL-Reconhecimento UBP/GSF	-	-	-	(1.758)	(27.514)
Ressarcido	(16)	-	-	647.398	688.466
<b>Redução (aumento) dos ativos:</b>					
Contas a receber de clientes	-	-	-	5.085	(22.964)
Impostos a recuperar	14	-	-	117.082	(125.982)
Imposto diferido	-	-	-	1.756	87.297
Despesas antecipadas	-	-	-	27.375	(18.262)
Outros créditos	4	-	-	(490)	(4.529)
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>					
Fornecedores	(5)	-	-	9.730	(60.970)
Salários e obrigações sociais	-	-	-	(256)	84
Impostos a recolher	-	-	-	(1.928)	864
Taxas regulamentares	-	-	-	2.152	2.573
Uso do bem público	-	-	-	-	(59.168)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>					
Despesas financeiras e juros pagos	15	-	(1)	(115.863)	(125.512)
IRPJ e CSLL pagos	-	-	-	(130.340)	(124.970)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>					
		(3)	(1)	561.701	236.927
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Aquisição de imobilizado	12	-	-	(1.416)	(516)
Aplicações financeiras	-	-	-	(8.429)	62.885
Aquisição de intangível	-	-	-	(6)	(29)
Recebimento de dividendos	-	61.562	55.719	-	-
Recebimento de lucros de exercícios anteriores	-	465.000	-	-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento</b>					
		526.562	55.719	(9.851)	62.340
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Pagamento de dividendos	-	(61.562)	-	(61.562)	(55.719)
Pagamento de lucros de exercícios anteriores	-	(465.000)	-	(465.000)	-
Pagamento do Uso do bem público (UBP)	18	-	-	(63.798)	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	15	-	-	(133.305)	(131.684)
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	-	8.160	(8.090)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>					
		(526.562)	-	(715.505)	(195.493)
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>					
		(3)	55.718	(163.655)	103.774
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	4	34	35	280.082	176.308
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	4	31	55.753	116.427	280.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1 Contexto operacional**

A Chapecoense Geração S.A. ("Chapecoense" ou "Companhia") foi constituída em 27 de janeiro de 2006 e tem como objeto social específico a participação, como acionista, na Foz do Chapecó Energia S.A. ("Foz do Chapecó"), sociedade por ações, de capital fechado, que tem como objetivo construir e explorar o aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó (localizado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), detido por meio de concessão por 35 anos, contados a partir de 2001. A potência instalada, prevista no contrato de concessão, é de 855 MW e a sua entrada em operação comercial ocorreu em outubro de 2010.

**UHE Foz do Chapecó**

A construção da UHE Foz do Chapecó foi iniciada em janeiro de 2007 e foi executada através de contrato "Engineering Procurement and Construction - EPC". As operações tiveram início como indicado a seguir:

- A Unidade Geradora ("UG") 1, com capacidade instalada de 213.750 kW, entrou em operação em 14 de outubro de 2010, conforme liberação da ANEEL através do Despacho nº 3.058, de 13 de outubro de 2010.
- A UG2, com capacidade instalada de 213.750 kW entrou em operação em 23 de novembro de 2010, conforme liberação da ANEEL através do Despacho nº 3.543, de 22 de novembro de 2010.
- A UG3, com capacidade instalada de 213.750 kW entrou em operação em 30 de dezembro de 2010, conforme liberação da ANEEL através do Despacho nº 4.092, de 29 de dezembro de 2010.
- A UG4, com capacidade instalada de 213.750 kW entrou em operação comercial em 12 de março de 2011, conforme liberação da ANEEL através do Despacho nº 1.090, de 11 de março de 2011.

**Licenças ambientais**

Foram obtidas com os órgãos ambientais as licenças ambientais necessárias para a implantação do Empreendimento. Após a entrada em operação do Empreendimento, somente as licenças ambientais de operação sofrem processo de renovação periódica:

- Licença de Operação da Usina e do Reservatório nº 949, expedida em 25 de agosto de 2010 pelo IBAMA, sendo válida por quatro anos, contados a partir da sua data de expedição.
- Licença de Operação da Linha de Transmissão nº 956, expedida em 4 de novembro de 2010 pelo IBAMA, sendo válida por seis anos, contados a partir da sua data de expedição.

Em atenção ao disposto na legislação ambiental, nomeadamente o § 4º do artigo 18 da Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997, a Foz do Chapecó requereu ao IBAMA a renovação da Licença de Operação da Usina e do Reservatório, 120 (cento e vinte) dias antes do seu vencimento, apresentando os relatórios e informações pertinentes (CE-FCE-0076/14-CO, de 24 de abril de 2014). A princípio, o IBAMA deveria manifestar-se sobre o pedido de renovação dentro desse prazo de 120 (cento e vinte) dias. Contudo, cliente de que nem sempre é viável a análise e atendimento do pedido nesse período, o próprio legislador determinou que, requerida a renovação da Licença de Operação dentro do prazo legal, sua validade fica automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão ambiental, conforme § 4º do artigo 18 da Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997.

O IBAMA entrou em contato através de ofício datado de 10 de outubro de 2016, solicitando apresentação de cronograma para atendimento de exigências administrativas, em continuidade da avaliação do pedido de renovação, o que foi atendido pela Companhia no prazo solicitado. Desta forma, a renovação da licença está em trâmites de aprovação, aguardando a manifestação definitiva do órgão.

**Contrato de Concessão**

A vigência do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data inicial de 7 de novembro de 2001, podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL (direito discricionário do poder concedente), desde que a concessionária assim o requeira, pelo menos 36 meses antes do final desse prazo.

O Contrato de Concessão também estabelece que seja pago, a título de Uso do Bem Público - UBP, o montante de R\$504.000 (base de preços de junho de 2001), em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. Conforme o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, de 4 de dezembro de 2008, o UBP seria pago em 26 anos, ou seja, em 314 parcelas mensais. O início do pagamento ocorreu a partir da entrada em operação comercial da UG1 da UHE Foz do Chapecó, o que ocorreu em outubro de 2010, quando foi efetuado o primeiro pagamento da parcela de UBP. O valor do pagamento é corrigido anualmente, tomando por base uma ponderação da variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, em 40%, e do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - I PCA, em 60%. O valor atualizado das parcelas mensais é de R\$5.360. O saldo desse contrato, ajustado a valor presente, é de R\$781.300, em 31 de dezembro de 2017 (R\$794.189 em 31 de dezembro de 2016).

**Destinação da energia**

A energia produzida foi vendida da seguinte forma:

- 40% vendida às empresas CPFL Piratininga de Força e Luz e CPFL Paulista de Força e Luz, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, para o período de 1º de setembro de 2010 a 31 de dezembro de 2017 (PPA - Power Purchase Agreement).
- 60% vendida no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, para o período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2041 (CCEAR - Contrato de Comercialização no Ambiente Regulado).

**Risco Hidrológico de Operação**

"Generating Scaling Factor" ("GSF")

As UHEs e algumas PCHs conectadas ao Sistema Interligado Nacional participam do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que funciona como um compartilhamento de riscos hidrológicos entre essas usinas, uma vez que as usinas geram energia pelo comando do Operador Nacional do Sistema ONS e/ou pelo regime hidrológico, ou seja, não possuem gestão sobre o momento e montante que geram a energia. A participação neste mecanismo é proporcional à Garantia Física de cada usina, que também se configura como o limite de contrato de venda de energia de cada usina.

Quando o conjunto das usinas do MRE gera energia superior à soma das suas garantias físicas, haverá o que se chama de Energia Secundária, originando a receita desta energia ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD que é rateada entre as usinas participantes na proporção de suas garantias físicas. Por outro lado, se a geração do conjunto for inferior à soma das garantias físicas, haverá o que se chama de "Generating Scaling Factor" ("GSF"), sendo este déficit de energia também alocado na proporção da garantia física de cada usina e, consequentemente, expondo-a no mercado de curto prazo, valorando a energia faltante ao PLD.

Nos anos de 2005 a 2012, o GSF anual do MRE ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos, sendo que a partir do ano de 2013 este cenário começou a se alterar, agravando-se nos anos de 2014 e 2015, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano.

**Repactuação do Risco Hidrológico de 2015**

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa Aneel nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, atribuindo regras distintas para os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") e no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"). A repactuação do risco hidrológico da parcela referente ao ACR se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor mediante pagamento de prêmio de risco pelos geradores hídricos de R\$9,50/MWh até o final dos contratos de venda de energia. O pagamento deste prêmio e a transferência do GSF terão como destino a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeirias Tarifárias. Os geradores que aderiram à repactuação deveriam cancelar processos judiciais em curso e adiantar, como uma maneira de manter o equilíbrio financeiro do mercado, o GSF de maio a dezembro de 2015 considerando os efeitos antes da repactuação, para posterior ressarcimento do GSF de 2015 líquido do novo prêmio pactuado. A medida que os valores forem liquidados deverá ser reconhecido o montante excedente como uma despesa antecipada. Em dezembro de 2015 a Companhia aderiu à repactuação de seus contratos do ACR, assim como desistiu da ação judicial.

**Capital circulante líquido**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante nas demonstrações financeiras consolidadas no montante de R\$ 96.970 já que o ativo circulante registra um prazo de recebimento do faturamento entre 30 e 45 dias enquanto o passivo circulante reflete 12 meses do serviço da dívida. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia.

**2 Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de janeiro de 2018.

**a. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

**b. Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e da sua controlada integral, Foz do Chapecó Energia S.A.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (i) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; e (ii) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

**3 Principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

**a. Instrumentos financeiros**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Conforme descrito na Nota 29, certas aplicações financeiras foram dadas em garantia, perante os contratos de empréstimos e financiamentos com o BNDES e de operações CCG/ONS, estando, dessa forma, sujeitas a restrições para resgate e, portanto, classificadas como ativo não circulante.

**Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem o caixa e equivalente de caixa, as contas a receber de clientes e demais contas a receber. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, com risco insignificante de mudança de valor.

**(ii) Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**(iii) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

**b. Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Nos valores a receber não estão incluídos encargos ou efeitos inflacionários, somente o preço acordado pela energia vendida.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não espera perda sobre os recebíveis de clientes.

**c. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(iii) Depreciação**

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos da usina hidrelétrica estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL. Novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09.

As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados. O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois a Companhia entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento do exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**d. Investimentos**

O investimento refere-se à participação de 100% na Foz do Chapecó Energia S.A., sendo que a Companhia detém o controle integral desse investimento.

**e. Intangível**

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público - UBP. O registro desta obrigação teve como contrapartida a conta do ativo passivo circulante e não circulante.

**f. Redução ao valor recuperável (Impairment)**

**(i) Ativos financeiros incluindo recebíveis**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia não identificou nenhum ativo financeiro para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

**(ii) Ativos não financeiros**

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Companhia não identificou nenhum ativo não financeiro para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

**g. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

**h. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**i. Uso do Bem Público (UBP)**

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

**j. Encargos setoriais**

Estão contabilizados como custos dos serviços de energia elétrica, e são apurados pelo regime de competência.

**(i) Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D**

Em conformidade com a Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002, e o art. 12 da Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, as empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, dentre outras, devem aplicar, anualmente, o percentual de 1% de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - Programa de P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

**(ii) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos**

A compensação financeira, instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1o, e regulamentada pela Lei no 13.360/2016, corresponde à indenização aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. Tal lei determina que o valor a ser recolhido mensalmente corresponda a 7% da energia produzida no mês multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada pela ANEEL, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenha áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União.

**k. Provisões**

São reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado cuja obrigação será requerida a ser liquidada e o montante desta é estimado de forma confiável.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando em conta os riscos e as incertezas da obrigação.

**l. Ajuste a valor presente**

As obrigações de uso do bem público - UBP são atualizadas pela inflação sendo utilizados os índices de IGPM e IPCA. Esses valores são trazidos pelo seu valor presente em virtude de não serem remunerados por taxas de juros reais. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente foi pela taxa média de captação dos financiamentos, e reflete na avaliação da Administração, os custos e riscos específicos da sua captação de financiamentos. O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de uso do bem público (passivo) e sua realização é registrada como despesa financeira pela fruição do prazo.

**m. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

continua...

demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**n. Receitas de venda de energia elétrica**

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

**o. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos.

**p. Novas normas e interpretações**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

**(i) Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018**

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 47 (IFRS 15) Receita de Contratos com Clientes e CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia já efetuou uma avaliação preliminar dos impactos estimados em suas demonstrações financeiras, e com base na sua avaliação entende que não há impactos significativos. O impacto estimado da adoção dessas novas normas baseia-se em avaliações realizadas até a data de emissão destas demonstrações financeiras, sendo que os impactos reais da adoção das novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

**CPC 47 (IFRS 15) – Receitas de Contratos com clientes**

O CPC 47 (IFRS 15) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, substituindo as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas. O novo CPC estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, toda energia produzida pela Companhia é vendida no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo 40% através de Power Purchase Agreement – PPA e 60% através de Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado – CCEAR, e possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente, o que leva a Companhia a entender que não haverá impactos significativos no reconhecimento da receita a partir da entrada em vigência do novo CPC.

**CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros**

O CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Conforme descrito no item (a) desta nota explicativa, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

- **Instrumentos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e Empréstimos e recebíveis; e

- **Passivos financeiros não derivativos:** Outros passivos financeiros.

Adicionalmente, como descrito na nota explicativa nº 29, o risco de crédito é avaliado pela Companhia como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes e por ser uma atividade regulada.

Dessa forma, com base na sua avaliação, a Companhia e sua controlada entendem que os novos requerimentos de classificação e mensuração não terão um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

**(ii) Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019**

**IFRS 16 Leases (Arrendamentos)**

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

**(iii) Outras alterações**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.

- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).

- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos à vista	31	34	676	960
Aplicações financeiras	-	-	115.751	279.122
Total	<u>31</u>	<u>34</u>	<u>116.427</u>	<u>280.082</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, cuja valorização tem como referência as variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI de 98,8% a 102,2%. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e, por essa razão, foram considerados como equivalentes de caixa.

**5 Aplicações financeiras (consolidado)**

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, cuja valorização tem como referência as variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI que é de 100,5 a 102,3%. O saldo em 31 de dezembro de 2017, de R\$ 33.068, é relacionado a aplicações com carência superior a 90 dias, desta forma tendo sido registradas em rubrica separada.

**6 Aplicações financeiras vinculadas (consolidado)**

Referem-se a aplicações financeiras (conta reserva) classificadas como valor justo por meio do resultado, que foram constituídas com o objetivo de atender condições previstas no contrato de financiamento com o BNDES e do contrato CUST (Custo de Uso do Sistema de Transmissão).

Para o contrato de financiamento do BNDES, a conta reserva foi constituída no valor equivalente a, no mínimo, três vezes a última prestação vincenda do serviço da dívida. O saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 65.143 (R\$ 73.844 em 31 de dezembro de 2016). Para garantia do pagamento dos encargos do Uso da Transmissão, a Companhia optou pelo Contrato de Constituição de Garantia - CCG, onde deverá ser mantido em conta especial 110% do valor de um mês do seu pagamento mensal, sendo que esta conta poderá ser utilizada até o final do contrato de concessão, desde que a Companhia esteja coberta por carta fiança. O valor mensal em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 5.791. O saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 6.941 (R\$ 6.400 em 31 de dezembro de 2016).

**7 Contas a receber de clientes (consolidado)**

	31/12/2017	31/12/2016
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	15.962	23.726
Suprimento de energia elétrica - PPA	35.078	30.517
Suprimento de energia elétrica - CCEAR	59.049	60.931
Total	<u>110.089</u>	<u>115.174</u>
Circulante	110.089	115.162
Não circulante	-	12

O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes é de 45 dias.

**8 Contas a receber ressarcimento ANEEL (consolidado)**

Refere-se a recebível com a ANEEL, por conta de aquisição de máquinas e equipamentos (compensador síncrono), realizada pela controlada Foz do Chapecó, nos anos de 2011 e 2012, o qual está sendo pago pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O ressarcimento foi aprovado em 11 de julho de 2012, pela resolução da ANEEL nº 2.289, e alterado em 23 de outubro de 2012 pelo despacho 3.295, onde o total restituível de R\$12.650 passou a ser de R\$13.022. Até 31 de dezembro de 2017 foi recebido o montante de R\$ 13.600 pela controlada. Ao final do mês de março de cada ano, o saldo remanescente ainda não ressarcido deverá ser atualizado pela variação acumulada do IPCA, a partir de março de 2012, a qual foi de 39,95% até março de 2017.

O reajuste do período no montante de R\$298 (R\$551 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016) foi contabilizado no resultado financeiro, aumentando em contrapartida o saldo a receber da ANEEL no ativo não circulante.

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 era a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	2.069	2.400
Não circulante	-	1.771
Total	<u>2.069</u>	<u>4.171</u>

**9 Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IRPJ e CSLL - Reconhecimento UBP (*)	-	-	-	114.810
Créditos de PIS e COFINS (**)	-	-	49.429	48.922
IRRF sobre aplicação financeira	-	-	5.446	7.725
Outros	-	14	1.132	1.632
Total	<u>-</u>	<u>14</u>	<u>56.007</u>	<u>173.089</u>
Circulante	-	14	39.688	156.824
Não circulante	-	-	16.319	16.265

(\*) Em decorrência da contabilização do UBP como ativo intangível no exercício de 2016, a Companhia constituiu créditos fiscais sobre o IRPJ e CSLL pagos a maior nos exercícios anteriores a 2016. Durante o exercício de 2017, os referidos créditos foram compensados com impostos a pagar.

(\*\*) Os créditos de Pis e Cofins, referem-se basicamente a créditos da CCEE e a Companhia pretende utiliza-los através de PERDCOMP no exercício de 2018.

**10 Despesas antecipadas (consolidado)**

	31/12/2017	31/12/2016
Seguros	334	329
Repactuação GSF - prêmio de risco hidrológico	68.452	95.832
Total	<u>68.786</u>	<u>96.161</u>
Circulante	27.715	27.709
Não circulante	41.071	68.452

Os prêmios de seguros são apropriados de acordo com os vencimentos e têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>Prêmios de seguros</b>	<b>Vigência</b>	<b>Circulante</b>
Seguro de responsabilidade civil	30.05.17 a 30.05.18	17
Seguro de riscos operacionais	30.05.17 a 30.05.18	298
Seguro de veículos	03.05.17 a 03.05.18	5
Seguro empresarial	04.03.17 a 03.03.18	-
Seguro D&O	31.08.17 a 31.08.18	14
Total	<u>334</u>	<u>329</u>

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

**Risco Hidrológico de Geração**

Em decorrência da repactuação exposta na nota explicativa nº 1, o prêmio pago antecipadamente do GSF no exercício de 2015 foi R\$77.242 e no período de janeiro a abril de 2016 foi de R\$45.973, contabilizado em despesas pagas antecipadamente. Os valores contabilizados serão ressarcidos líquido do prêmio em 54 parcelas a partir de janeiro de 2016.

**Movimentação do risco hidrológico de geração em 2017**

	Apropriação de seguro	
	31/12/2016	31/12/2017
Risco Hidrológico de Geração	95.832	(27.380)
Total	<u>95.832</u>	<u>(27.380)</u>
Circulante	27.380	27.380
Não circulante	68.452	41.072

**Movimentação do risco hidrológico de geração em 2016**

	Apropriação de seguro	
	31/12/2015	31/12/2016
Risco Hidrológico de Geração	77.242	45.973
Total	<u>77.242</u>	<u>45.973</u>
Circulante	17.822	27.380
Não circulante	59.420	68.452

Representado por participação societária integral na controlada Foz do Chapecó, cujas principais informações estão demonstradas a seguir:

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio líquido		
Capital social	714.129	714.129
Reserva de lucros	54.711	322.068
Resultado do exercício	270.267	259.205
Dividendos declarados	(64.189)	(61.562)
Total	<u>974.918</u>	<u>1.233.840</u>
Informações sobre o investimento		
Quantidade de ações detidas pela Companhia	714.129	714.129
Participação	100%	100%

	Movimentação de investimento	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	1.233.840	1.036.196
Equivalência patrimonial	270.267	259.206
Distribuição de lucros dos períodos anteriores	(465.000)	-
Dividendos declarados	(64.189)	(61.562)
Saldo no final do exercício	<u>974.918</u>	<u>1.233.840</u>

**12 Imobilizado (consolidado)**

**a. Composição do imobilizado**

	31/12/2017		31/12/2016	
	Custo	Depreciação	Saldo líquido	Saldo líquido
<b>Em serviço:</b>				
Terrenos	185.207	-	185.207	185.207
Reservatórios, barragens e adutoras	1.508.864	(219.196)	1.289.668	1.319.906
Edificações, obras civis e benfeitorias	261.744	(40.049)	221.695	227.239
Máquinas e equipamentos	836.234	(191.139)	645.095	671.454
Outros	3.213	(1.775)	1.438	1.343
Total	<u>2.795.262</u>	<u>(452.160)</u>	<u>2.343.102</u>	<u>2.405.149</u>

	31/12/2017		31/12/2016	
	Custo	Depreciação	Saldo líquido	Saldo líquido
<b>Em curso:</b>				
Terrenos	1.931	-	1.931	1.807
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.901	-	1.901	1.901
Máquinas e equipamentos	637	-	637	381
Depósitos judiciais (*)	19.255	-	19.255	19.498
Material em Depósito	894	-	894	-
Outros	611	-	611	1.029
Total	<u>25.228</u>	<u>-</u>	<u>25.228</u>	<u>24.616</u>
Total	<u>2.820.490</u>	<u>(452.160)</u>	<u>2.368.330</u>	<u>2.429.765</u>

(\*) Depósitos judiciais relacionados a processos de desapropriações de terrenos que estão em andamento, conforme mencionado na nota explicativa nº 19.

**b. Movimentação do imobilizado em 2017**

	31/12/2016		31/12/2017	
	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2017
<b>Em serviço:</b>				
Terrenos	185.207	-	-	185.207
Reservatórios, barragens e adutoras	1.508.864	-	-	1.508.864
Edificações, obras civis e benfeitorias	261.744	-	-	261.744
Máquinas e equipamentos	835.542	-	387	835.929
Outros	3.210	-	-	3.518
Total	<u>2.794.567</u>	<u>-</u>	<u>695</u>	<u>2.795.262</u>
Depreciação acumulada	(389.418)	(62.742)	-	(452.160)
Total	<u>2.405.149</u>	<u>(62.742)</u>	<u>695</u>	<u>2.343.102</u>

	31/12/2016		31/12/2017	
	Custo	Depreciação	Saldo líquido	Saldo líquido
<b>Em curso:</b>				
Imobilizado em construção	24.616	1.640	(333)	(695)
Total	<u>24.616</u>	<u>1.640</u>	<u>(333)</u>	<u>(695)</u>
Total	<u>2.429.765</u>	<u>(61.102)</u>	<u>(333)</u>	<u>-</u>

**Indisponibilidade dos bens**

De acordo com o artigo 19 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1997, os bens e as instalações utilizados na produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico e as linhas de transmissão associadas, são vinculados a esses serviços, não podendo ser removidos ou alienados, sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador e fiscalizador do poder concedente.

**c. Movimentação do imobilizado em 2016**

	31/12/2015		31/12/2016	
	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
<b>Em serviço:</b>				
Terrenos	185.207	-	-	185.207
Reservatórios, barragens e adutoras	1.508.864	-	-	1.508.864
Edificações, obras civis e benfeitorias	261.744	-	-	261.744
Máquinas e equipamentos	835.542	-	-	835.542
Outros	3.288	-	(78)	3.210
Total	<u>2.794.645</u>	<u>-</u>	<u>(78)</u>	<u>2.79</u>

**13 Intangível (consolidado)**

**a. Composição do intangível**

	31/12/2017		31/12/2016	
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Uso do Bem Público	580.002	(142.633)	437.369	460.388
Licenças de operação – IBAMA (*)	16.085	(16.085)	-	-
Servidão	6.186	(1.741)	4.445	4.694
Outros	420	(416)	4	-
Em curso - Outros	488	-	488	479
	<u>603.181</u>	<u>(160.875)</u>	<u>442.306</u>	<u>465.561</u>

(\*) Referiam-se a custos de licenças de operação do IBAMA, amortizados pelo período de 48 meses e 72 meses (período de validade das licenças) a partir da data de entrada em operação comercial do Empreendimento.

Os demais valores são referentes à servidão de passagem das linhas de distribuição de energia e custos com licenças de software, amortizados pelo prazo de concessão. A Companhia requereu ao IBAMA a renovação da Licença de Operação da Usina e do Reservatório, porém ainda não obteve. Consequentemente, ainda não tem custo de renovação até o momento a serem contabilizados no ativo.

Os valores referentes ao Uso do Bem Público - UBP referem-se ao registro da obrigação mencionada na nota explicativa nº 18 e são amortizados linearmente pelo período da concessão que se encerra em novembro de 2036. Os valores de amortização do UBP estão contabilizados no resultado em 31 de dezembro de 2017, sendo o seu saldo R\$ 23.019.

**b. Movimentação do intangível em 2017**

	31/12/2016	Adições	31/12/2017
<b>Em serviço:</b>			
Uso do Bem Público	580.002	-	580.002
Licenças de Operação – Ibama	16.085	-	16.085
Servidões	6.186	-	6.186
Outros	420	-	420
	<u>602.693</u>	<u>-</u>	<u>602.693</u>
Amortização acumulada	(137.611)	(23.265)	(160.876)
	<u>465.082</u>	<u>(23.265)</u>	<u>441.817</u>
<b>Em curso:</b>			
Outros	479	10	489
	<u>479</u>	<u>10</u>	<u>489</u>
Total	<u>465.561</u>	<u>(23.255)</u>	<u>442.306</u>

**c. Movimentação do intangível em 2016**

	31/12/2015	Adições	31/12/2016
<b>Em serviço:</b>			
Uso do Bem Público	580.002	-	580.002
Licenças de Operação – Ibama	16.085	-	16.085
Servidões	6.186	-	6.186
Outros	420	-	420
	<u>602.693</u>	<u>-</u>	<u>602.693</u>
Amortização acumulada	(114.344)	(23.267)	(137.611)
	<u>488.349</u>	<u>(23.267)</u>	<u>465.082</u>
<b>Em curso</b>			
Outros	450	29	479
	<u>450</u>	<u>29</u>	<u>479</u>
Total	<u>488.799</u>	<u>(23.238)</u>	<u>465.561</u>

**14 Fornecedores**

	Controlada		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
TUST (*)	-	-	6.378	6.286
Materiais e serviços	-	5	961	366
Compra de energia	-	-	11.448	2.405
Total	<u>-</u>	<u>5</u>	<u>18.787</u>	<u>9.057</u>

(\*) TUST - Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão.

**15 Empréstimos e financiamentos (consolidado)**

Aplicação	Agente financeiro	Encargos	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Construção	BNDES (direto)	TJLP + 2,49% a.a.	Set./27	866.033	944.659
Máquinas e Equipamentos	BNDES (direto)	TJLP + 2,39% a.a.	Set./27	6.581	7.179
Construção	BNDES (repasso)	TJLP + 2,95% a.a.	Set./27	438.355	478.154
Total				<u>1.310.969</u>	<u>1.429.992</u>
Circulante				138.788	137.753
Não circulante				1.172.181	1.292.239

**a. Movimentação dos empréstimos e financiamentos em 2017**

Agente financeiro	Saldo em 31/12/2016	Encargos	Pagamento de			Saldo em 31/12/2017
			URTJLP	Principal	Juros	
BNDES (direto)	944.659	74.863	9.724	(88.067)	(75.146)	866.033
BNDES (direto)	7.179	562	75	(670)	(565)	6.581
BNDES (repasso)	478.154	40.000	4.921	(44.568)	(40.152)	438.355
Total	<u>1.429.992</u>	<u>115.425</u>	<u>14.720</u>	<u>(133.305)</u>	<u>(115.863)</u>	<u>1.310.969</u>

**b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos em 2016**

Agente financeiro	Saldo em 31/12/2015	Encargos	Pagamento de			Saldo em 31/12/2016
			URTJLP	Principal	Juros	
BNDES (direto)	1.017.909	81.343	13.950	(86.935)	(81.608)	944.659
BNDES (direto)	7.736	611	106	(661)	(613)	7.179
BNDES (repasso)	515.230	43.243	7.060	(44.088)	(43.291)	478.154
Total	<u>1.540.875</u>	<u>125.197</u>	<u>21.116</u>	<u>(131.684)</u>	<u>(125.512)</u>	<u>1.429.992</u>

As garantias oferecidas para as operações foram: penhor de direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes da concessão, cessão e vinculação de receita, administração de contas, penhor de ações e carta de fiança corporativa no valor de 100% do montante financiado. O cronograma de pagamentos dos financiamentos do passivo não circulante está apresentado a seguir:

	31/12/2017
2019	133.642
2020	133.642
2021	133.642
2022	133.642
2023-2027	637.613
Total	<u>1.172.181</u>

**Cláusulas restritivas de contratos**

O BNDES poderá declarar antecipadamente vencido o contrato no caso de ocorrer uma das seguintes situações: (i) inadimplemento de qualquer obrigação da beneficiária ou dos intervenientes; (ii) redução do quadro de pessoal sem oferecer programa de treinamento ou programa de realocação; (iii) inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido "quórum" especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivos que importem em restrições à capacidade de crescimento da beneficiária ou a seu desenvolvimento tecnológico, restrições de acesso da beneficiária a novos mercados e restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação de financiamento; (iv) extinção da concessão outorgada pela ANEEL para exploração do potencial energético; (v) constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao BNDES; (vi) alteração do Acordo de Acionistas da beneficiária sem prévia e expressa anuência do BNDES; (vii) não cumprimento dos contratos de garantia e do contrato de concessão; e (viii) falsidade de declaração e aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista.

**Índice de Cobertura da Dívida**

Os contratos de financiamento possuem cláusulas que requerem que a controlada mantenha, durante o período de amortização do contrato, índice de cobertura do serviço da dívida de, no mínimo, 1,2 (um vírgula dois). O coeficiente é calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida, de acordo com parâmetros pré-estabelecidos no "Anexo VI ao Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos - BNDES/FINEM n° 4.001.463-0", e nas "Obrigações da beneficiária que pede para apresentar anualmente, para fins de comprovação do cumprimento da meta do índice de cobertura mínimo". O cálculo é realizado anualmente e, em 31 de dezembro de 2017, a controlada apresentava índice de 2,6.

**16 Impostos a recolher (consolidado)**

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda	68.502	74.534
Contribuição social	25.769	26.846
COFINS	13.837	4.019
PIS	2.979	767
Outros	207	248
Total	<u>111.294</u>	<u>106.414</u>

**17 Taxas regulamentares (consolidado)**

	31/12/2017	31/12/2016
Pesquisa e Desenvolvimento	25.241	21.036
Taxa de Fiscalização	182	184
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	2.564	4.615
Total	<u>27.987</u>	<u>25.835</u>

**18 Uso do Bem Público - UBP**

Compromisso com o Poder Concedente - Decorrente do direito de outorga fixo, refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação (direito de outorga), determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente. O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até 2036, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M (40% do saldo) e IPCA (60%) em novembro de cada ano.

O cálculo do valor foi efetuado considerando-se a variação do IGP-M e IPCA até 31 de dezembro de 2017.

**a. Movimentação do Uso do Bem Público em 2017**

	31/12/2016	Pagamento	Atualização		31/12/2017
			monetária e AVP		
Uso do Bem Público - UBP	794.189	(63.798)	50.909		781.300
Circulante	63.695				64.314
Não circulante	730.494				716.986

**b. Movimentação do Uso do Bem Público em 2016**

	31/12/2015	Pagamento	Atualização		31/12/2016
			monetária e AVP		
Uso do Bem Público - UBP	761.818	(59.168)	91.539		794.189
Circulante	59.168				63.695
Não circulante	702.650				730.494

**19 Provisão para riscos cíveis e trabalhistas (consolidado)**

A Companhia e sua controlada são parte de processos judiciais, de natureza cível e trabalhista. A Administração da Companhia e sua controlada, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, conforme movimentação abaixo:

**a. Movimentação da Provisão para riscos cíveis e trabalhistas – 2017**

	31/12/2016	Atualização		31/12/2017
		Monetária	Adição	
Riscos trabalhistas	110	29	556	681
Ação Indenizatória	2.146	70	383	2.559
Total	<u>2.256</u>	<u>99</u>	<u>939</u>	<u>3.240</u>

**b. Movimentação da Provisão para riscos cíveis e trabalhistas – 2016**

	31/12/2015	Atualização		31/12/2016
		Monetária	Adição	
Riscos trabalhistas	39	80	1	110
Ação Indenizatória	673	1.830	53	2.146
Total	<u>712</u>	<u>1.910</u>	<u>54</u>	<u>2.256</u>

**c. Possível**

As ações de risco possível totalizam o montante de R\$ 49.696, sendo que R\$ 14.349 corresponde, basicamente, a ações de desapropriações e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pela construção nas áreas do reservatório da usina da controlada Foz do Chapecó e a cobrança de encargos setoriais por parte do poder regulatório. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui R\$19.255 e depósitos judiciais registrados no ativo imobilizado relacionados a processos de desapropriações, conforme nota explicativa nº 12.

O Conselho Nacional de Política Energética, por meio da Resolução CNPE nº 03, de 06 de março de 2013, instituiu a cobrança do encargo de serviços do sistema - ESS em decorrência do despacho adicional das usinas termelétricas. Tal encargo tem como finalidade ressarcir os custos incorridos pelos agentes de geração termelétrica relativos à manutenção da confiabilidade e estabilidade do sistema interligado nacional. A Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa - ABRAGEL, obtiveram liminar que suspende os efeitos dos artigos 2 e 3 da respectiva resolução, levando os assessores jurídicos que acompanham esta ação a qualificar seu risco de perda como possível dispensando a provisão destes encargos, cujo montante consolidado, até 31 de dezembro de 2017, é de R\$38.647 (R\$ 36.387 em 31 de dezembro de 2016).

**20 Patrimônio líquido**

**a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social subscrito e integralizado é de R\$714.509, representado por 714.509.342 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	Quantidade de ações	Participação - %
CPFL Geração Energia S.A.	364.399.765	51,00
Furnas Centrais Elétricas S.A.	285.803.736	40,00
CEEE-GT Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica	64.305.841	9,00
Total	<u>714.509.342</u>	<u>100,00</u>

**b. Reserva de lucros**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tem constituído reservas de lucros no montante de R\$260.445, de acordo com a legislação societária, sendo R\$62.740 destinados à rubrica "Reserva legal" e R\$5.151 à rubrica "Reserva para retenção de lucros".

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de fazer face às obrigações decorrentes das operações de financiamentos.

Em 04 de janeiro de 2017 foi autorizada pelo BNDES a distribuição de lucros de exercícios anteriores em resposta a solicitação efetuada pela Companhia em 16 de novembro de 2016. Em 06 de janeiro de 2017, ocorreu a distribuição de lucros no valor de R\$165.000.

Ademais, a Companhia obteve anuência do BNDES para a distribuição de lucros de exercícios anteriores até R\$ 300.000, dependendo do caixa da Companhia para a realização do pagamento dos mesmos. Em 25 de julho e 08 de novembro de 2017, a Diretoria aprovou o pagamento de dividendos excedentes no valor de R\$225.000 e R\$ 75.000, respectivamente.

A reserva de lucros a destinar, refere-se ao saldo remanescente dos lucros do exercício corrente, após as destinações, a serem destinados conforme deliberação futura em Assembleia Geral.

**c. Dividendos declarados**

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Os dividendos do exercício 2017 foram calculados como segue:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	270.250	259.205
Reserva legal - 5%	(13.513)	(12.960)
Base de cálculo de dividendos	<u>256.737</u>	<u>246.245</u>
Dividendos propostos - 25%	<u>64.185</u>	<u>61.562</u>

O valor dos dividendos do exercício de 2016 foi pago aos acionistas em junho de 2017.

**21 Receita operacional líquida (consolidado)**

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida, apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	31/12/2017	31/12/2016
Suprimento de energia elétrica - CCEAR	525.844	495.723
Suprimento de energia elétrica - PPA	367.426	344.145
Energia elétrica de curto prazo - CCEE	9.679	18.748
	<u>902.949</u>	<u>858.616</u>
Pis e Cofins	(63.162)	(59.100)
Receita operacional líquida	<u>839.787</u>	<u>799.516</u>

**22 Energia elétrica comprada para revenda (consolidado)**

	31/12/2017	31/12/2016
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	(5.395)	(1.499)
Fornecedores diversos de energia elétrica	(30.170)	(10.182)
Crédito PIS/COFINS (*)	(813)	30.537
Total	<u>(36.378)</u>	<u>18.856</u>

(\*) A apropriação dos créditos de PIS e COFINS sobre as compras de energia realizadas na CCEE foram registradas no mês de dezembro de 2016, após a apuração de créditos extemporâneos identificados nos exercícios posteriores a 2012 no montante de R\$ 29.370

**23 Custos da produção de energia (consolidado)**

	31/12/2017	31/12/2016
Depreciação e amortização	(86.003)	(86.358)
CFURH	(17.763)	(31.211)
Pesquisa e desenvolvimento	(8.120)	(7.587)
Pessoal	(4.848)	(4.895)
Serviços de terceiros	(16.257)	(17.532)
Materiais	(697)	(437)
Seguros (nota 10)	(28.156)	(28.284)
Contribuições e patrocínios	(4.884)	(2.791)
Outros	(2.378)	(2.121)
Crédito PIS/COFINS	4.660	4.673
Total	<u>(164.446)</u>	<u>(176.543)</u>

**24**

**25 Receitas (despesas) financeiras (consolidado)**

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	24.639	35.113
Atualização monetária créditos fiscais	1.986	35.703
Atualização de ressarcimento ANEEL	298	551
Outras receitas financeiras	1.908	1.362
PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(1.321)	(3.764)
	<u>27.510</u>	<u>68.965</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos sobre empréstimos	(115.427)	(146.313)
Atualização monetária risco hidrológico	84	(6.557)
Variação monetária e AVP do uso do bem público	(65.628)	(91.539)
Outras despesas financeiras	(2.277)	(2.478)
	<u>(183.248)</u>	<u>(246.887)</u>
	<u>(155.738)</u>	<u>(177.922)</u>

**26 Imposto de renda e contribuição social (consolidado)**

Segue abaixo reconciliação dos tributos e contribuições sociais no resultado consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	405.644	390.057
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota nominal	(137.924)	(132.619)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	2.531	1.767
Despesa de acordo com a alíquota efetiva	<u>(135.393)</u>	<u>(130.852)</u>
Alíquota efetiva	34%	34%
Corrente	(137.149)	(132.863)
Diferido	1.756	2.011

**a. Imposto diferido**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentando a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Diferenças temporárias sobre as quais foi constituído IRPJ e CSLL diferidos		
Pesquisa & desenvolvimento	24.403	20.215
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	3.241	2.256
PPR - Programa de participação nos resultados	699	708
Total das diferenças temporárias	<u>28.343</u>	<u>23.179</u>
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>9.637</u>	<u>7.881</u>

**27 Transações com partes relacionadas**

Os saldos e as transações entre a Companhia e sua controlada, que é sua parte relacionada, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota explicativa. Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia, sua controlada e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>Contas a receber</b>		
CPFL Paulista de Força e Luz	23.720	22.775
CPFL Piratininga de Força e Luz	11.359	11.473
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	4.723	4.547
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	4.267	3.973
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	2.675	2.598
Companhia Energética do Piauí	1.376	2.497
Celg Distribuição S.A.	3.289	2.419
Rio Grande Energia S.A.	2.305	2.243
Companhia Energética do Rio Grande do Norte-COSERN	1.825	1.716
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	1.839	1.604
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	1.041	1.045
Eletrobrás Distribuição Alagoas	322	395
Companhia Jaguarí de Energia	29	28
Companhia Luz e Força Santa Cruz	2	2
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	-	1
Total	<u>58.772</u>	<u>57.316</u>

**Receita com fornecimento de energia elétrica**

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
CPFL Paulista de Força e Luz	245.305	253.164
CPFL Piratininga de Força e Luz	122.121	121.938
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	41.850	39.652
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	34.849	32.959
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	22.339	21.122
Celg Distribuição S.A.	24.234	24.765
Rio Grande Energia S.A.	19.578	13.565
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	13.933	13.185
Elektro Eletricidade e Serviços S/A	14.013	13.193
Companhia Energética do Piauí	12.193	11.516
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica -CEEE-D	8.926	8.291
Eletrobrás Distribuição Alagoas	2.770	2.612
Companhia Jaguarí de Energia	247	233
Companhia Luz e Força Santa Cruz	18	17
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	6	10
Companhia Leste Paulista de Energia	2	2
Total	<u>562.384</u>	<u>556.224</u>

**Fornecedores a pagar**

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco	(257)	(110)
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	(6)	-
Companhia Transleste de Transmissão	-	(6)
Companhia Transirapé de Transmissão	-	(4)
Companhia Transudeste de Transmissão	-	(4)
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	(4)
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica	(39)	(29)
Total	<u>(302)</u>	<u>(157)</u>

**Prestação de serviços (Custo)**

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Furnas Centrais Elétricas S.A.	(8.325)	(5.322)
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	(5.340)	(4.351)
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco	(6.823)	(4.351)
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	(5.309)	(4.085)
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	(2.423)	(2.719)
CPFL Geração Energia S.A	(2.145)	(1.822)
CEEE-GT Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica	(1.159)	(1.032)
Goiás Transmissão S.A.	(263)	(314)
Companhia Transleste de Transmissão	(185)	(204)
MGE Transmissão S.A.	(157)	(187)
Companhia Transudeste de Transmissão	(115)	(129)
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	(109)	(125)
Companhia Transirapé de Transmissão	(115)	(116)
Transenergia Renovável S.A. - TER	(86)	(95)
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	(78)	(89)
Luziânia Niquelândia Transmissora S.A.	(21)	(26)
Transenergia São Paulo S.A.	(19)	(22)
SE Naranjita S.A.	(14)	(16)
Caldas Novas Transmissão S.A.	(4)	(5)
Total	<u>(32.690)</u>	<u>(25.010)</u>

**28 Honorários da Administração**

Estão registrados na rubrica de honorários da administração no grupo de despesas operacionais:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Salários e honorários	(693)	(903)
Encargos sociais e benefícios	(238)	(286)
Participação nos lucros	(244)	(280)
Total	<u>(1.175)</u>	<u>(1.469)</u>

**29 Instrumentos financeiros**

A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de mercado decorrentes das suas operações. A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros (caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, aplicações financeiras vinculadas, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a receber e a pagar). A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e monitoramento de riscos de mercado. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco. Os resultados obtidos com as operações com instrumentos financeiros estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

**Risco de crédito**

Decorre da possibilidade de a Companhia e sua controlada sofrerem perdas em instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco.

Também surge da possibilidade de a Companhia e sua controlada virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pela Companhia como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes e por ser uma atividade regulada.

**Riscos de taxas de juros**

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia, bem como as despesas financeiras decorrentes dos financiamentos, são afetados pelas variações das taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Em 31 de dezembro de 2017, a administração efetuou análise de sensibilidade considerando que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2017 fosse mantido, e que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 6,89% a.a.; TJLP 7% a.a.). Os efeitos que seriam registrados nas informações contábeis consolidadas para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 68.826. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos abaixo, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos financeiros ativos - Aplicações financeiras				
Risco	CDI			
	Valor exposto	Provável (*)	Possível (**)	Remoto (**)
Redução da CDI	220.902	(398)	25%	50%
			(4.103)	(7.809)

Instrumentos financeiros passivos - Financiamento BNDES				
Risco	TJLP			
	Valor exposto	Provável (*)	Possível (**)	Remoto (**)
Aumento da TJLP	(1.310.969)	-	25%	50%
			22.123	44.245

(\*) Os índices de CDI e TJLP considerados no cenário provável são de: 6,89% a.a. e 6,75% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(\*\*) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de redução ou elevação foram aplicados sobre os índices do cenário provável.

A Companhia optou por apresentar a análise de sensibilidade relativa ao risco de taxa de juros para cada um de seus instrumentos financeiros expostos a este risco em separado devido ao fato de que estes instrumentos financeiros estão expostos a diferentes indexadores de juros.

**Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)**

Decorre da estratégia entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações. A estrutura de capital da controlada é baseada em forte participação do capital de terceiros, tomado com o BNDES para financiamento da construção da UHE Foz do Chapecó. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a controlada monitora permanentemente os níveis de endividamento e fluxos de caixa.

**Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - são classificados como caixa e equivalentes valores de caixa e aplicações com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, e estes se aproximam do valor justo em virtude de sua taxa de remuneração ser baseada na variação do CDI.
- **Aplicações financeiras** - os valores contábeis informados no balanço patrimonial se aproximam do valor justo em virtude de sua taxa de remuneração ser baseada na variação do CDI.
- **Aplicações financeiras vinculadas** - referem-se a aplicações financeiras classificadas como valor justo por meio do resultado, que foram constituídas com o objetivo de atender condições previstas no contrato de financiamento com o BNDES, e se aproximam do valor justo em virtude de sua taxa de remuneração ser baseada na variação do CDI.
- **Contas a receber** - decorrem diretamente das operações da controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.
- **Contas a receber ressarcimento ANEEL** - são classificados como empréstimos e recebíveis e seu valor de mercado se aproxima dos valores contábeis, tendo em vista sua taxa de atualização ser baseada em taxas de mercado.
- **Empréstimos e financiamentos** - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, o que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos se aproximam dos seus valores contábeis.
- **Fornecedores** - os valores contábeis informados no balanço patrimonial se aproximam do valor justo e estão registrados pelo seu valor original.

**Risco de não renovação da concessão**

A controlada Foz do Chapecó detém a concessão para exploração de serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja renovada pela ANEEL e/ou pelo Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia e sua controlada (nova licitação), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

**Instrumentos financeiros derivativos**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e sua controlada não operaram com instrumentos financeiros derivativos nem outros ativos de riscos.

**Risco de liquidez**

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e sua controlada para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada mantêm saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia e sua controlada investem o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa nº 5 e 6), escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2017, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir demonstra o prazo de vencimento esperado para os passivos financeiros, contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros e atualizações estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2017:

	Até um mês	De um a três meses	De três a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 13 anos	Total
Uso do bem público	(5.359)	(10.796)	(48.582)	(64.776)	(1.030.947)	(1.225.236)	(1.225.236)
Empréstimos e financiamentos	(20.522)	(39.910)	(179.085)	(227.370)	(216.366)	(1.165.068)	(1.848.321)
Fornecedores e outras contas a pagar	(18.787)	-	-	-	-	-	(18.787)
	<u>(44.668)</u>	<u>(50.706)</u>	<u>(227.667)</u>	<u>(292.146)</u>	<u>(281.142)</u>	<u>(2.196.015)</u>	<u>(3.092.344)</u>

**Gestão de capital**

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar as demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Dentre as estratégias adotadas pela Companhia, destaca-se:

**Gestão da dívida** - a Companhia tem como meta a não renovação de empréstimos bancários com juros elevados, focando em operações de financiamento no longo prazo atreladas a investimentos com condições de prazo e taxas de juros mais atrativas. Os indicadores de geração de caixa livre e gestão da dívida em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão abaixo apresentados:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Indicadores de gestão de capital		
Uso do bem público - curto prazo	64.314	63.695
Uso do bem público - longo prazo	716.986	730.494
Empréstimos e financiamentos - curto prazo	138.788	137.753
Empréstimos e financiamentos - longo prazo	1.172.181	1.292.239
Total dos empréstimos e financiamentos	<u>2.092.269</u>	<u>2.224.181</u>
(-) Caixa, equivalentes a caixa e aplicações financeiras	(149.497)	(280.082)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	<u>(72.084)</u>	<u>(73.844)</u>
(=) Endividamento líquido	<u>1.870.688</u>	<u>1.870.255</u>
Patrimônio líquido	974.953	1.233.887
Índice de endividamento líquido	1,92	1,52

continua...

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Conselheiros e Diretores da  
Chapecoense Geração S.A.  
Florianópolis - SC

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Chapecoense Geração S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Chapecoense Geração S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Chapecoense Geração S.A. e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos**

**Auditoria dos valores correspondentes**

Os valores correspondentes, individuais e consolidados, ao exercício de 2016 apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 06 de março de 2017, sem modificações.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia

e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
  - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
  - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
  - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2018

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC SC-000071/F-8

**Claudio Henrique Damasceno Reis**  
Contador CRC SC-024494/O-1



**FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA S.A.**  
CNPJ 04.591.168/0001-70

**Senhores Acionistas,** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017.

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016**  
(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016	Passivo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	116.396	280.048	Fornecedores	13	18.787	9.052
Aplicações financeiras	5	33.068	-	Empréstimos e financiamentos	14	138.788	137.753
Contas a receber de clientes	7	110.089	115.162	Salários e obrigações sociais		1.335	1.591
Impostos a recuperar	9	39.688	156.810	Impostos a recolher	15	111.294	106.414
Dividendos a receber	11	-	-	Taxas regulamentares	16	27.987	25.835
Despesas antecipadas	10	27.715	27.709	Uso do bem público	17	64.314	63.695
Contas a receber ressarcimento ANEEL	8	2.069	2.400	Dividendos declarados	19.c	64.188	61.562
Outros créditos		663	1.809			426.693	405.902
		<u>329.688</u>	<u>583.938</u>	<b>Não circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				Uso do bem público	17	716.986	730.494
Contas a receber de clientes	7	-	12	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	18	3.240	2.256
Aplicações financeiras vinculadas	6	72.084	80.244	Empréstimos e financiamentos	14	1.172.181	1.292.239
Impostos a recuperar	9	16.319	16.265			1.892.407	2.024.989
Imposto diferido	25.a	9.637	7.881	<b>Patrimônio líquido</b>	19		
Contas a receber ressarcimento ANEEL	8	-	1.771	Capital social		714.129	714.129
Despesas antecipadas	10	41.071	68.452	Reservas de lucros		260.790	519.711
Outros créditos		14.584	10.842	Total do patrimônio líquido		<u>974.919</u>	<u>1.233.840</u>
Imobilizado	11	2.368.330	2.429.765				
Intangível	12	442.306	465.561				
		<u>2.964.331</u>	<u>3.080.793</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>3.294.019</u>	<u>3.664.731</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>3.294.019</u>	<u>3.664.731</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**  
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receita operacional líquida</b>	20	839.787	799.516
<b>Custo de geração de energia elétrica</b>			
Energia elétrica comprada para revenda	21	(36.378)	18.856
Custos da produção de energia	22	(164.446)	(176.543)
Encargos de uso da rede elétrica		(68.118)	(63.637)
		<u>(268.942)</u>	<u>(221.324)</u>
<b>Resultado bruto</b>		<u>570.845</u>	<u>578.192</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	23	(8.272)	(8.744)
Honorários da administração	27	(1.175)	(1.469)
		<u>(9.447)</u>	<u>(10.213)</u>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<u>561.397</u>	<u>567.979</u>
Receitas financeiras	24	27.510	68.965
Despesas financeiras	24	(183.247)	(246.886)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<u>405.660</u>	<u>390.058</u>
Contribuição social corrente	25	(37.502)	(35.819)
Imposto de renda corrente	25	(99.647)	(97.044)
Contribuição social diferida	25	465	533
Imposto de renda diferido	25	1.291	1.478
<b>Resultado do exercício</b>		<u>270.267</u>	<u>259.206</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**  
(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado do exercício	270.267	259.206
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>270.267</u>	<u>259.206</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**  
(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção	A destinar		
<b>Saldos representados em 31 de dezembro de 2015</b>	714.129	36.282	285.785	-	-	1.036.196
Resultado do exercício	-	-	-	-	259.206	259.206
<b>Destinações:</b>						
Constituição reserva legal	-	12.960	-	-	(12.960)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(61.562)	(61.562)
Retenção de Lucros	-	-	184.684	-	(184.684)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>714.129</u>	<u>49.242</u>	<u>470.469</u>	-	-	<u>1.233.840</u>
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	-	-	(465.000)	-	(465.000)	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	270.267	270.267
<b>Destinações:</b>						
Constituição reserva legal	-	13.514	-	-	(13.514)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(64.188)	(64.188)
Lucros à disposição da assembleia	-	-	-	192.565	(192.565)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>714.129</u>	<u>62.756</u>	<u>5.469</u>	<u>192.565</u>	-	<u>974.919</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**  
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		405.660	390.058
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	11 e 12	86.112	86.449
Encargos financeiros, líquidos	15	130.146	146.313
Reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas		(54)	(420)
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	18	939	1.910
Resultado baixa de imobilizado		-	78
Atualização monetária da provisão para riscos cíveis e trabalhistas	18	99	54
Varição monetária e AVP do uso do bem público	17	50.909	91.539
Rendimento das aplicações financeiras		(24.639)	-
Atualização monetária do IRPJ e CSLL-Reconhecimento UBP/GSF Ressarcido		(1.758)	(27.514)
		<u>647.414</u>	<u>688.467</u>
<b>Redução (aumento) dos ativos:</b>			
Contas a receber de clientes		5.085	(22.964)
Impostos a recuperar		117.068	(125.982)
Imposto diferido		1.756	87.297
Despesas antecipadas		27.375	(18.262)
Outros créditos		(494)	(4.529)
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>			
Fornecedores		9.735	(60.970)
Salários e obrigações sociais		(256)	84
Impostos a recolher		(1.928)	864
Taxas regulamentares		2.152	2.573
Uso do bem público		-	(59.168)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>		<u>807.907</u>	<u>487.410</u>
Despesas financeiras e juros pagos	14	(115.863)	(125.512)
IRPJ e CSLL pagos		(130.340)	(124.970)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<u>561.704</u>	<u>236.928</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado	11	(1.416)	(516)
Aplicações financeiras		(8.429)	62.885
Aquisição de intangível		(6)	(29)
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento</b>		<u>(9.851)</u>	<u>62.340</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de dividendos		(61.562)	(55.719)
Pagamento de lucros de exercícios anteriores		(465.000)	-
Pagamento do Uso do bem público (UBP)	17	(63.798)	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	(133.305)	(131.684)
Aplicações financeiras vinculadas		8.160	(8.090)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<u>(715.505)</u>	<u>(195.493)</u>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>(163.652)</u>	<u>103.775</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	280.048	176.273
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	<u>116.396</u>	<u>280.048</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria	Conselho de Administração:	Contadora
Peter Eric Volf - Diretor Superintendente	Fernando Mano da Silva	Lislie Adriana Schulz
Otávio Luiz Rennó Grilo - Diretor	Rodolfo Nardez Sirol	CRC/SC 023526/O-2
	Vitor Fagali de Souza	
	Cláudio Guilherme Branco de Motta	
	Caio Pompeu de Souza Brasil Neto	
	Paulo de Tarso Gaspar Pinheiro Machado	